

## **“Para entablar las paces”: o acordo de Casuati e o manejo da fronteira bonaerense**

Maria Cristina Bohn Martins<sup>1</sup>

**Resumo:** Em 1742, as autoridades de Buenos Aires firmaram com o cacique “serrano” Nicolas Cangapol um tratado que pretendeu diminuir os conflitos estabelecidos na fronteira sul bonaerense nas décadas iniciais do século XVIII. Segundo foi acordado neste documento, o rio Salado passaria a demarcar o limite entre os espaços crioulo e indígena, estabelecendo-se que os grupos de “*tierra adentro*” não poderiam se aproximar de Buenos Aires ou das estâncias de seu *hinterland* sem licença do governador. Por sua vez, Cangapol era nomeado “*Maestre de campo de toda la sierra*” e reconhecido como importante mediador nas relações estabelecidas entre brancos e indígenas. O objetivo deste trabalho é analisar as chamadas “*Paces de Casuati*” considerando os interesses dos grupos nativos em relação ao acordo, bem como o papel regulador deste tipo de pacto em meio aos conflitos de fronteira no pampa bonaerense no século XVIII.

**Palavras-chave:** Fronteira, Contatos interétnicos, Negociação, Pampa Bonaerense

### **"Making peace": the deal of Casuati and the handling of Buenos Aires' frontiers**

**Abstract:** In 1742, the authorities of Buenos Aires made a deal with the “serrano” Chief Nicolas Cangapol in an attempt to reduce the conflicts that had been established in the South frontier of Buenos Aires in the early 18th century. According to this document, the Salado river would be the edge between the “criollo” lands and the native lands. This way, it was set that the “*tierra adentro*” groups would not be able to approach Buenos Aires, or its countryside farms, without official permission. Furthermore, Cangapol was then named the “*Maestre de campo de toda la sierra*” and known as an important mediator on political relationships between the Spanish and Native peoples. The point of this work is to analyze the “*Paces de Casuati*”, as they were called, considering the interests of the native groups regarding the deal, as well as the regulating role of such kind of pact amidst the frontiers' conflicts in the 18th century.

**Keywords:** Frontier, Interethnic contacts, Negotiation, Buenos Aires' pampas,

**Artigo recebido em:** 20/10/2016

**Artigo aprovado para publicação em:** 16/12/2016

#### **1. Índios e cristãos: entre a guerra e a paz nas fronteiras**

---

<sup>1</sup> Doutora em História. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos. Pesquisa em andamento: “*Toldos*” e “*Pueblos*” em “*tierra adentro*”: *pelos caminhos da fronteira*. Órgão financiador: CNPq/ MCTI; Chamada nº 25/2015. Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Endereço: PPGHistória. Unisinos, Novo Campus. Av. Unisinos, 950. São Leopoldo, RS, Cep: 93022-000. Endereço eletrônico: mcris@unisinos.br



Ao longo do século XVIII, ocorreu uma intensificação dos contatos interétnicos na região conhecida como “campanha bonaerense”, situação que decorreu das políticas bourbônicas para as áreas de fronteira, da dinâmica regional dos setores coloniais, bem como dos interesses dos grupos indígenas deste território. O complexo arco de relações que então se estabeleceu entre os nativos e os setores hispano-crioulos deu oportunidade a que alguns acordos tenham sido acertados entre eles. As *Paces de Casuati*<sup>2</sup> de 1742, assinadas entre o cacique “serrano” Nicolás Cangapol<sup>3</sup> e as autoridades de Buenos Aires, de que trataremos neste artigo, foi o primeiro destes convênios do qual se tem registro escrito.

Para melhor compreender o significado e a importância deste acordo é necessário lembrar que já bem avançado os Setecentos, este território permanecia fora do domínio efetivo do governo colonial. Assim sendo, os grupos indígenas que o habitavam – conhecidos genericamente como “pampas” e “serranos” (ou puelches)<sup>4</sup> – conservavam uma evidente autonomia política e econômica. Além disto, sustentavam condições de ataque<sup>5</sup> às povoações e propriedades dos “espanhóis” que se mantinham em permanente estado de sobressalto.

Entretanto, se os contatos interétnicos nesta fronteira assumiram, muitas vezes,

<sup>2</sup> Tanto nas fontes quanto na historiografia, este termo aparece escrito de formas variadas, tais como Casuati, Cashuati, Casuati ou Casuati.

<sup>3</sup> Cangapol foi apelidado pelos espanhóis de “O Bravo”. De acordo com Florencia Carlón, embora seja possível encontrar menção a tal denominação desde finais do século XVII, foi ao longo dos Setecentos que os caciques desta linhagem estabeleceram um contato mais vivo com os povoadores da fronteira de Buenos Aires. Segundo ela, os territórios dos caciques Cacapol e Cangapol, pai e filho, aos quais ela se refere como Bravo I e Bravo II, estenderam-se, então, da área “nor-patagônica” até a região pampeana. (CARLÓN, 2010, p. 449)

<sup>4</sup> A adscrição étnica e a nomenclatura dos grupos nativos americanos são questões envoltas em dificuldades, e as fontes coloniais se prestam a todo tipo de interpretação equivocada. É válido, por isto, lembrar a ponderação de Viveiros de Castro: “as categorias indígenas de identidade coletiva costumam mostrar aquela enorme variabilidade contextual de escopo característica dos pronomes (...) sua coagulação como etnônimo parece ser, na maioria dos casos, um artefato produzido no contexto da interação com o etnógrafo (...) a objetivação etnológica incide primordialmente sobre os outros, não sobre quem está em posição de sujeito.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 235-236) Nos documentos que estudamos neste trabalho, encontramos referências a pampas, serranos e aucas que estão relacionadas aos diferentes territórios ocupados por estes grupos. Tais denominações não deixam também de traduzir a clássica dicotomia estabelecida pelos espanhóis, ainda na fase antilhana da conquista, entre índios “dóceis” (os tainos) e “bravios” (os caribes). No caso aqui em tela, os pampas costumam ser descritos como “domésticos”, em contato frequente com os espanhóis. Afirma, por exemplo, Sanchez Labrador: “En este tiempo vivían los Indios Pampas en buen numero divididos en las haciendas españolas que estaban situadas en los pagos de dicha ciudad de Buenos Ayres.” ([1772], 1936, p. 83) Outro jesuíta, José Cardiel, escreveu sobre este mesmo grupo: “el año 1740 reduciu a Pueblo a los Pampas de las Estancias de ganado de Buenos A<sup>s</sup> que vivían en sus comarcas sin Pueblo ninguno ni gobierno (...).” ([1748] 1930, p. 249)

<sup>5</sup> “Malones” ou “correrías”.



facetas violentas, eles também se apresentaram na forma de intercâmbio de bens e de informações, bem como de alianças mais ou menos formais. Estas últimas têm sido objeto de alguns trabalhos recentes propondo entendimentos alternativos aos oferecidos pela historiografia tradicional. Efetivamente, tais acordos foram analisados por muito tempo exclusivamente sob a ótica dos interesses ocidentais. Inclusive, algumas vezes, como no caso de Abelardo Levaggi (1995, 2000, 2012), a partir do campo da história do direito<sup>6</sup>. Segundo avaliou Lázaro Ávila (1998, p. 31), Levaggi, preferencialmente, ocupou-se com os aspectos jurídicos dos tratados, buscando compreender especialmente os marcos legais por meio dos quais os nativos foram assimilados à realidade nacional argentina. Para ele, tratava-se de convenções impostas aos “bárbaros” pela força de um Estado “civilizado”, resultando basicamente em concessões unilaterais feitas pelos indígenas.

Vários outros autores que trataram desta questão igualmente analisam tais pactos exclusivamente sob a perspectiva dos agentes coloniais e, depois, do governo republicano. (MARFANI, 1940; WALTHER, 1964; DE MARCO, 2010) Habitualmente, nestas obras, os acordos com os grupos nativos são apresentados como um elemento da “guerra de fronteira” e da progressiva eliminação do “problema indígena.”<sup>7</sup>

Numa perspectiva diferente e mais contemporânea, encontramos um conjunto de estudos que se esforça para pensar o tema a “contrapelo”, de forma a elucidar as motivações e os sentidos que as negociações de paz podem ter assumido para a parte indígena dos acordos. Tais trabalhos (BOCCARA, 2001, 2005; ÁRIAS, 2006; DE JONG; RODRIGUES, 2005), via de regra, fazem parte de um conjunto de investigações que passou a estudar as relações de fronteira buscando compreendê-las como espaço de diversos tipos de interações entre os grupos étnicos envolvidos, não se centrando na guerra, tal como fizera a tradição historiográfica anterior.

---

<sup>6</sup> Levaggi (2000) foi o responsável por uma importante compilação de tais documentos, repertório que permite verificar a extensão deste tipo de acordo no território da atual Argentina.

<sup>7</sup> A abordagem das relações entre as sociedades indígena e ocidental a partir da noção de “guerra de fronteira” prevaleceu na historiografia argentina até bem recentemente. Em alguns casos, ela é parte de uma linhagem de estudos celebrativos da “Campanha do Deserto” e da “gesta heroica” contra os “selvagens”, por exemplo, em WHALTER, 1964; BARROS, 1975; BIDONDO et al, 1979. A esta tradição “militarista, nacionalista e preconceituosa” (PASSETI, 2012, p. 18), contrapôs-se outra que, ao pretender denunciar as injustiças históricas contra os indígenas, elaborou narrativas que reservaram a eles posições de completa subalternidade e incapacidade de ação autônoma. Mais recentemente, os historiadores têm buscado estar atentos à capacidade de ação política dos nativos, a qual vem sendo conceituada por meio do termo “agency”.

Assim, por exemplo, Florencia Roulet (2004) discutiu sobre o impacto dos textos escritos para as práticas diplomáticas costumeiras dos nativos que eram, como sabemos, pautadas na oralidade. Lidia Nacuzzi, por sua vez, em mais de um artigo (2006, 2008), confrontou os textos firmados com os mocobis e com os grupos pampeanos, de forma a refletir sobre como os acordos expressaram contextos e conjunturas regionais, assim como sobre os interesses das partes envolvidas nas negociações. Já Campetella (2007) analisou um caso de “diplomacia interétnica” datado de 1717, a fim de elucidar as condições em que se estabeleceu aquele que veio a ser o primeiro contato diplomático oficial entre os indígenas do pampa e as autoridades de Buenos Aires<sup>8</sup>, enquanto Fabian Árias (2011-2012) avaliou especificamente o acordo de Casuati para discutir o âmbito da liderança de Cangapol.

Estes trabalhos têm sido possíveis à luz da atenção combinada com um conjunto de fontes que não se esgota nos tratados, mas envolve cartas de autoridades sobre as negociações, instruções prévias e relatos dos mais diversos atores envolvidos nos acordos. No caso deste artigo – em que buscamos compreender de que forma os indígenas foram atores das negociações que culminam nas “Paces de Casuati” –, valemo-nos, paralelamente ao texto do tratado em si, de cartas compostas pelo governador de Buenos Aires, Miguel de Salcedo (1734-1742), pelo “Maestre de Campo” Cristóbal Cabral de Mello, por D. Domingo Marcoleta, “Apoderado” da cidade de Buenos Aires, assim como de escritos elaborados por missionários jesuítas, alguns dos quais, como veremos, tiveram participação direta nos acontecimentos.<sup>9</sup>

Por meio destes documentos, analisaremos o Tratado de 1742 e as negociações que o tornaram possível, buscando compreendê-los a partir dos interesses e da lógica interna dos grupos indígenas envolvidos. Entretanto, antes de levar adiante esta apreciação, é preciso apresentar brevemente as circunstâncias em que as “Paces de Casuati” foram firmadas.

## **2. A fronteira sul bonaerense**

Em meados do século XVIII, o rio Salado, situado pouco mais de 100 km ao sul de Buenos Aires, marcava o ponto em que findava o território sobre o qual as

<sup>8</sup> Por este acordo, dois caciques pampas foram nomeados como “Guardias Mayores” responsáveis pela defesa dos rebanhos da região. De acordo com Abelardo Levaggi, é provável que esta nomeação fosse consequência de algum pacto anterior de que não se tem notícia (1995, p. 700).

<sup>9</sup> José Cardiel (1748), José Sanchez-Labrador (1772) e Thomas Falkner (1774).



autoridades coloniais espanholas tinham jurisdição. A partir daí, abria-se um extenso território pouco conhecido e não apropriado pelos poderes coloniais – que, em documentos coetâneos, recebe a denominação de “*tierra adentro*” –, no qual haviam proliferado grandes manadas de gado selvagem. Tais rebanhos eram explorados pelos indígenas bem como pelos setores hispano-crioulos, sem que isto tivesse implicado, até o final dos Seiscentos, em confrontos mais sistemáticos entre eles.<sup>10</sup> (MANDRINI, 1993, 2004; MARTINS, 2012)

Os nativos adotaram o gado em sua vida material e simbólica em um processo que já foi bem estudado. (MANDRINI, 1993; 2000) Especialmente, a incorporação dos cavalos teve forte impacto sobre a dieta dos grupos, modificou as técnicas de caça e de guerra, tendo ainda ampliado sua mobilidade. Embora o tema da organização sociopolítica das sociedades da pampa-patagônia sobre as quais se volta nossa atenção, seja ainda controverso (NACUZZI, 2008; 2014), é possível dizer que elas já não eram mais igualitárias. Neste panorama, alguns líderes e linhagens passaram a acessar de forma preferencial certos bens de prestígios, ou a controlar espaços e recursos especiais, tal como as manadas de gado.

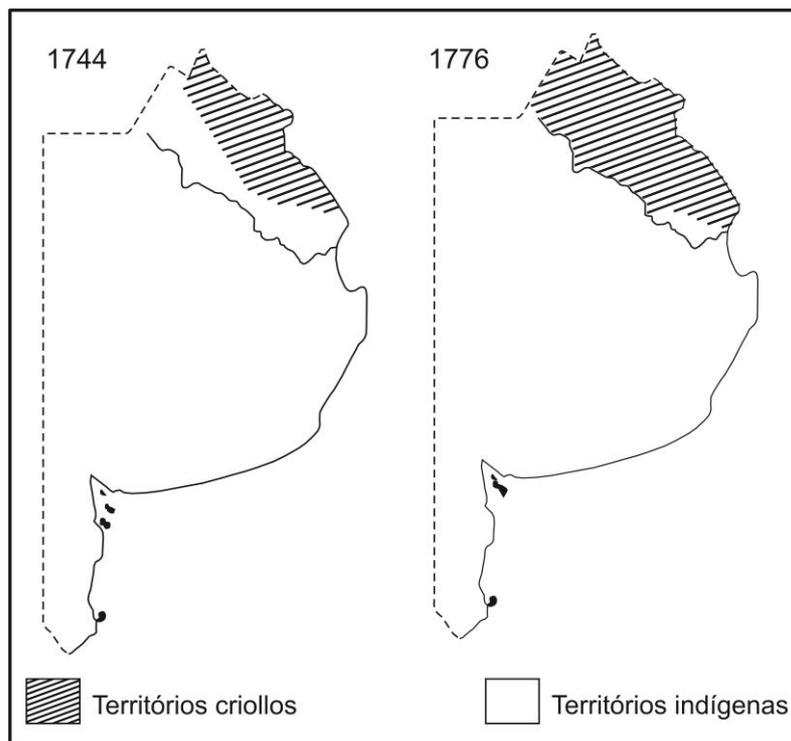
Concomitantemente, desde os inícios do século XVIII, a exploração continuada dos rebanhos levou a uma contração na quantidade dos animais à disposição, transformando-os em alvo de disputa e estimulando a ampliação das estâncias de criação, inclusive com o avanço das propriedades na fronteira com os territórios indígenas.<sup>11</sup> Temos assim, uma intensificação dos contatos até então esporádicos entre nativos e ocidentais, e a abertura de uma frente de conflito.<sup>12</sup> Além disto, as sociedades originárias viviam igualmente, como dissemos, seus próprios processos de transformação, e o conjunto das rivalidades interétnicas também contribuiu decisivamente para ampliar a complexidade das relações nesta fronteira.

---

<sup>10</sup> A atividade de caça e abate do gado para retirada do couro era chamada de “vacaria”.

<sup>11</sup> As reformas imperiais levadas a efeito ao longo do século haviam introduzido uma nova atenção para as áreas de fronteira, caso da pampa-patagônia. Assim, há que se considerar que o novo dinamismo das economias regionais igualmente afetou os territórios do Rio da Prata, estimulando a apropriação de novas terras e a expansão das estâncias de criação.

<sup>12</sup> Embora boa parte da historiografia do país indique as disputas por rebanhos em processo de diminuição como causa do aumento dos conflitos entre brancos e índios (MANDRINI, 2004; BARBA, 2007), é importante observar que um estudo recente (ALIOTO, 2011) sustenta que esta ideia é um “mito” e que, pelo menos até os finais do século XVIII, especialmente as manadas de cavalos selvagens seguiram existindo.



**MAPA 1** – Avanço da fronteira em direção ao Rio Salado. **Fonte:** Passeti, Gabriel, *Indígenas e Criollos. Política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)*, Alameda Editorial, São Paulo, 2012, p. 53.

A carta ânua do jesuíta Pedro Lozano, que cobre o período que se estende entre os anos de 1735 e 1743, o expediente de 1746 de D. Domingo Marcoleta, o Diário de Viagem de 1748 do Padre José Cardiel e a Crônica de 1772 do Padre Sanchez-Labrador, entre outros documentos, informam que as hostilidades entre índios e “espanhóis” se acentuaram expressivamente desde 1734. Eles nos permitem acompanhar o aumento progressivo da violência dos “malones” organizados pelos nativos, e das ações punitivas dos brancos.<sup>13</sup>

Don Domingo de Marcoleta, por exemplo, solicitando recursos à monarquia para a defesa da cidade, refere-se às “continuas correrias, robos, muertes, y otras violências, con que sin intermission la afligen los Indios Barbaros, executando en sus Moradores y

<sup>13</sup> Lucaioli e Nacuzzi (2004) chamam a atenção de que as *Leyes de Indias* como regra, proibiam a guerra ofensiva contra os índios. Tal proibição podia ser ressalvada em caso de “guerra justa”, ou quando não se apresentavam outros meios de conter sua violência. Por isto, dizem as autoras, as autoridades coloniais justificavam suas “entradas” e expedições militares contra os índios sempre como uma resposta a alguma agressão anterior, citando, como exemplo disto, a carta de novembro de 1741 do governador de Buenos Aires, Miguel de Salcedo, em que ele justifica uma ação contra os nativos “[...] para darles algún castigo, y recuperar los cautivos.” No mesmo documento, Salcedo ressalva que primeiramente se procurasse “la pacificación de los indios requeriéndoles, y procurándolos atraer a la Amistad, paz, y buena correspondencia, siguiendo [...] las leyes de estos reinos” (LUCAIOLI e NACUZZI, 2004, p. 62).

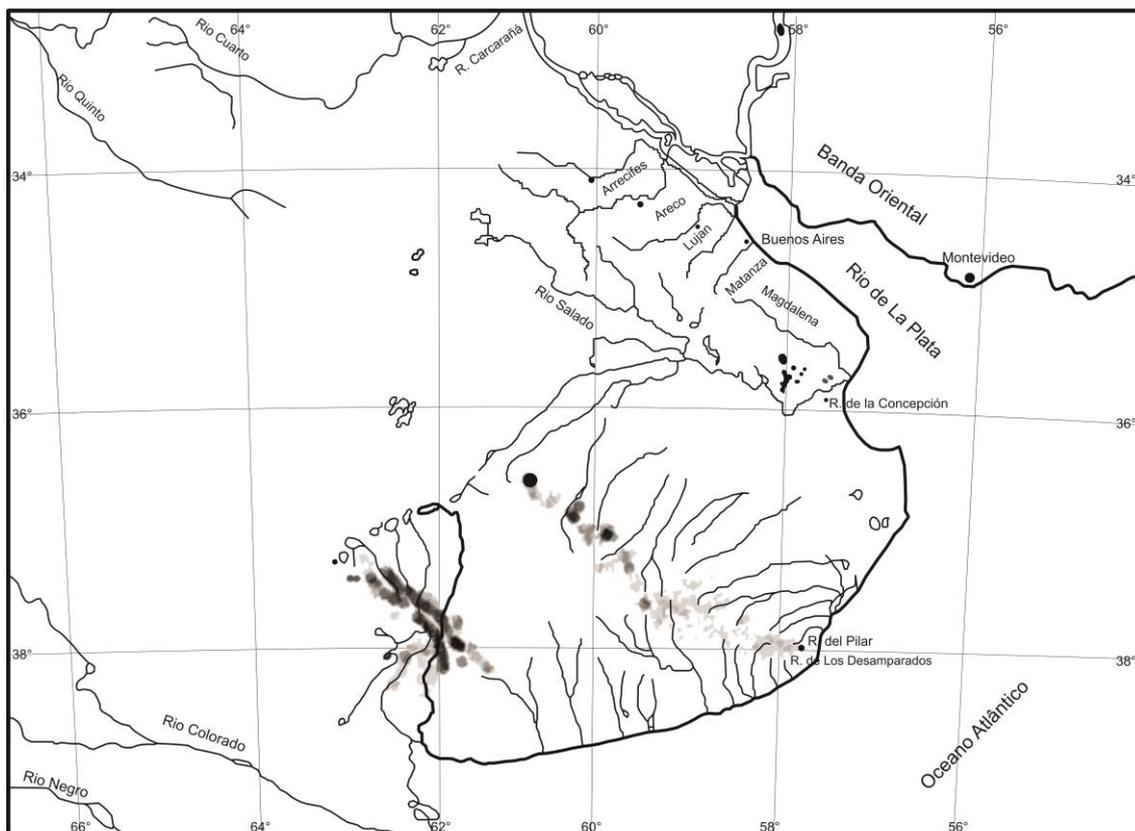
Haciendas todo gênero de crueldades (...).” (MARCOLETA, 1746, ME<sup>14</sup>, carpeta I, n. 22<sup>15</sup>, p. 2) As respostas dos hispano-crioulos eram duras e, muitas vezes, arbitrárias, atingindo parcialidades que não estavam envolvidas nas ações que se pretendia castigar. Uma “entrada” punitiva especialmente violenta, conduzida pelo “Maestre de Campo” Juan de San Martín em 1739 levou a que um grupo de caciques pampas, premidos entre as agressões das milícias espanholas e os conflitos com seus “inimigos tradicionais”, os serranos, procurasse o governador em Buenos Aires, “pedindo proteção”. Em troca, comprometem-se a guardar “la paz con los españoles, no damnificándoles en nada.” (SANCHEZ LABRADOR [1772], 1936, p. 83) Ainda que a solicitação dos caciques fosse para “habitar entre españoles”, o governador condicionou a assistência pedida a que eles aceitassem se estabelecer em um “pueblo de indios” sob a tutela dos jesuítas.<sup>16</sup> Estes fatos estiveram na origem da fundação do povoado missioneiro de *Nuestra Señora de la Inmaculada Concepción de los Pampas* em 1740. Embora não se conheça sobre tal acordo nenhum documento que o registre especificamente, ele pode ser considerado o primeiro de um conjunto de ajustes que se estende até o Pacto de 1742, de que trataremos adiante.

---

<sup>14</sup> Copias del Archivo de Indias en el Museo Etnografico Juan Bautista Ambroseti, Buenos Aires, Carpeta I. Doravante, ME.

<sup>15</sup> Doravante, I:22.

<sup>16</sup> A respeito disso, José Cardiel escreve: “Ultimamente, el año 1740, redujo a pueblo a los Pampas de las Estancias de ganado de Buenos Aires que vivian (...) como Gitanos (...). Obligoles (...) el miedo de los españoles que acababan (sic) de hacer una gran matanza en otros Indios sus parientes y les amenazaban con el mismo castigo.” (CARDIEL [1748], 1930, p. 249)



**MAPA 2 - O Rio Salado, as missões jesuíticas e os povoados *criollos* ao sul de Buenos Aires. Fonte:** Fonte: Arias, Fabian, Misioneros jesuitas y sociedades indígenas en las pampas a mediados del siglo XVIII. La presencia misionera jesuita al sur de la gobernación de Buenos Aires, entre 1740-1753. Un análisis de las relaciones entre las sociedades indígenas y la sociedad colonial de una región del extremo sur del Imperio Borbónico, Tesis, Centro de Estudios de Historia Regional (CEHIR) – UNCO - Instituto de Estudios de Historia Social (IEHS) – UNCPBA, Neuquén, 2006, p. 261.

Como dissemos acima, o panorama de violência na fronteira envolvia rivalidades entre os próprios grupos indígenas, e o pedido de proteção dos pampas ao governador Miguel de Salcedo y Sierraalta refletia esta circunstância. A carta ânua de 1735-1743, ao se referir ao evento acima relatado, informa:

Esta trágica surte de los pampas serranos fue la ocasión, de que los pampas puelches, y carayhetes quedasen preocupados en procurarse una suerte más feliz (...) pues, tenían [por una parte] ser envueltos en la misma desgracia, y [por otra parte] no podían escaparse, teniendo a sus espaldas a sus acérrimos enemigos, los pampas serranos. Consultáronse entre si sus caciques, y hallaron ser el arbitrio más acertado en esta circunstancias, entregarse por completo al español, el cual, aunque ofendido, estaría inclinado a perdonar, y los defendería eficazmente contra sus demás enemigos. Así es, que se encaminaron a la ciudad rogando (...) al gobernador de provincia, Don Miguel Salcedo (...) que ratificasen con ellos la antigua paz y amistad. (LOZANO, [1735-1743] 1928, p. 589)

Depois desta negociação com os pampas, Miguel de Salcedo tentará um



acordo de paz com os índios serranos. Para tanto, o padre jesuíta Matías Strobel foi encaminhado à região de Casuati (“Sierra de la Ventana”), com a incumbência de encontrar-se com os caciques da área e acertar, com eles, a fundação de uma segunda missão. Esta iniciativa requeria, de fato, alguma espécie de negociação com os líderes nativos da área, entre os quais, Cangapol, o Bravo.

### 3. As paces de Casuati.

Escapar de abordagens eurocêntricas ao examinar os acordos firmados entre as populações indígenas e as autoridades coloniais, como é o caso das “Paces de Casuati”, é um procedimento metodológico recomendável, mas não simples. Afinal, o historiador interessado neste tipo de análise precisa buscar apreender as motivações e sentidos que os indígenas podem ter conferido a tais eventos, sem dispor de documentos que tenham sido produzidos por eles próprios. É importante, por isto, analisar os textos produzidos pelos ocidentais que contenham informações sobre as sociedades nativas, tendo em conta as especificidades de suas culturas.

Foi neste sentido que Guillaume Boccara (2001) reconheceu, há alguns anos, a importância da colaboração entre História e Antropologia para a apreensão das dinâmicas sociais das sociedades indígenas. Segundo ele, é necessário decodificar as fontes levando em conta a questão da alteridade, assim como o fazem os antropólogos ao interpretarem os dados que recebem de seus informantes.

Afirma este autor que não apenas o protagonismo atual destes povos, como também alguns deslocamentos próprios da nossa disciplina, contribuíram para que fossem descartadas perspectivas de análise essencialistas e arcaizantes que anteriormente predominavam neste campo de estudos. Tal disposição para uma

relectura del pasado y del presente de las sociedades nativas ha generado un verdadero cambio de perspectiva que se caracteriza [entre outras coisas] por tomar en cuenta el punto de vista indígena en la operación de reconstrucción de los procesos históricos coloniales. (BOCCARA, 2001, p. 1)

Deve-se ter presente, assim, que as tradições indígenas referentes às negociações, como nas “Paces de Casuati” (“juntas” ou “parlamentos”<sup>17</sup>), envolviam

---

<sup>17</sup> Estas reuniões de caráter político e ritual eram assistidas pelos caciques e sua escolta, com os componentes desta última cumprindo o papel de testemunhas dos acordos concluídos. Eles

uma série de rituais e protocolos que quase nunca estão consignados na documentação. Este é, sem dúvida, um dos problemas enfrentados pelos historiadores que procuram identificar “e interpretar eventos, processos e percepções que marcaram as experiências das populações indígenas no passado.” (MONTEIRO, 1999, p. 239) Finalmente, temos ainda que considerar, seguindo o que assinala Florencia Roulet, que os textos que concluem e ratificam os acordos, apesar de sua aparente neutralidade, não abarcam a totalidade das negociações. Isto é, muito provavelmente se interpõe uma distância entre o que foi tratado oralmente, muitas vezes com autoridades hierarquicamente menos destacadas, e o que foi registrado por escrito. (ROULET, 2004, p. 315)

Os historiadores são assim desafiados pelas enormes diferenças culturais existentes entre as sociedades envolvidas: a ocidental, cuja tradição de negociar acordos se ancorava no direito positivo e no registro escrito, e a indígena, baseada no direito consuetudinário e na oralidade. Além disto, a primeira destas tradições vê na diplomacia uma ação meramente política, enquanto a segunda não separa o fato político de seus nexos econômicos, sociais, religiosos e simbólicos. (ROULET, 2004, p. 313-314) Ao analisarmos tais eventos, portanto, é preciso ter claro que à doutrina europeia dos tratados, cuja culminância vem a ser a elaboração de um documento escrito, referendado pela assinatura dos negociadores e ratificado pelas autoridades, contrapunham-se formas tradicionais pelas quais os indígenas firmavam acordos. (ROULET, 2004, p. 313)

De modo geral, e também nas “Paces de Casuati”, os testemunhos que ficaram de tais convênios são apenas os deixados pela parte espanhola<sup>18</sup>, uma vez que a tradição oral indígena não sobreviveu. Além das intituladas “Capitulaciones de las paces hechas entre los índios pampas”<sup>19</sup>, contamos com o registro de alguns episódios que antecederam a celebração do pacto de 1742<sup>20</sup> (ou que refletiram posteriormente sobre

---

acompanhavam os discursos dos chefes e participavam da distribuição de comida, bebida e presentes com que eram seladas as pazes.

<sup>18</sup> Estes testemunhos podem ser de vários tipos, como as atas mesmas dos tratados, as minutas das negociações levadas aos superiores pelos funcionários, ou referências contidas em cartas, diários de viagem e informes de missão. Todos os testemunhos, entretanto, dizem respeito ao setor hispânico da sociedade.

<sup>19</sup> “Capitulaciones de las paces hechas entre los índios pampas de la Reducción de Nuestra Señora de la Concepción y los Serranos, Aucas y Peguenches, que se han de publicar en presencia del cacique Brabo y de otros caciques, y también en la dicha Reducción por orden del Sr. D. Miguel de Salcedo, gobernador y capitán general de la provincia del Río de la Plata” (Apud: LEVAGGI, 1995, p. 702-704).

<sup>20</sup> SALCEDO, Miguel. Carta del Gobernador Don Miguel de Salcedo a José de la Quintana. Buenos Aires, 20 de noviembre de 1741. ME, I:14. CABRAL, Cristóvam [02/11/1741]. Carta escrita por



ele) para compor o conjunto de fontes que buscamos analisar a partir de interrogações de caráter etno-históricas. Procuramos, assim, uma compreensão do ocorrido que contribua para uma espécie de “descentramento” capaz de produzir novas narrativas sobre ele.

Os jesuítas relatam que este acordo foi antecedido de um grande “malón” ocorrido em 1740. O ataque, coordenado por Juan Cacapol e Nicolás Cangapol, seu filho, pretendeu ser uma represália à morte, pelas milícias espanholas, de um parente destes caciques. Segundo a carta ânua de Pedro Lozano, alguns “infiéis” haviam escapado de uma investida violenta das milícias do tenente Juan de San Martín,

[...] los cuales directamente se fueron al cacique Bravo, avisándole la muerte de su tío Maximiliano. Al oír esta noticia, se enfureció aquel bárbaro, y se propuso vengar su muerte. Convocó a los caciques, sus compañeros, y sus aliados [...]. Todos estos, en su primer asalto del mes de Setiembre [...], ya que fueron notados con tiempo, fueron rechazados con la pérdida de cincuenta y dos de los suyos. No les hizo mella esta desgracia; así que, tan pronto, como habían podido rehacerse [...], volvieron [...], asolando una estancia cerca de Luján, matando a los hombres, y llevándose cautivas a las mujeres. Los mismo ejecutaron en la aldea de la Matanza. Al acercarse [...] la fuerza española, tomaron los bárbaros otra ruta [...], asaltando la aldea de la Magdalena. Allí saciaron ellos, a su gusto, su deseo de venganza [...]. Mataron a unos cien españoles, llevándose otras tantas mujeres y criaturas, y además unas cuatro mil cabezas de ganado vacuno, con un sinnúmero de yeguas. Sucedió esto el día 26 de Noviembre [...]. (LOZANO, [1735-1743] 1928, p. 601)

Seu colega, José Sanchez-Labrador, agrega outros detalhes:

Cacapol [...] se alzó al ver la maldad ejecutada con la muerte de su amado pariente [...] y otros, como también la manera indigna con que trataron sus cadáveres y aunque entonces tenia cerca de 60 años, salió al campo á la cabeza de mil hombres (otros dicen cuatro mil) [...] se echó sobre el distrito de la Magdalena, distante cerca de 4 leguas de Buenos Aires, y [...]limpió y despobló, en un dia y una noche, mas de 12 leguas del país [...]. Mataron muchos españoles, e hicieron cautivas un gran número de mugeres y niños, y robando ademas, pasadas de veinte mil cabezas de ganado, fuera de caballos.<sup>21</sup> [...] Los moradores de Buenos Aires, teniendo aviso anticipado de este ataque por los fugitivos, se vieron en la mas terrible consternacion. Muchos oficiales militares corrian por las calles, con la cabeza desnuda [...], habiéndose llenado de gente las iglesias y casas religiosas, á donde se refugiaban, como si el enemigo estuviera á las puertas de la ciudad. Los españoles humillados con este golpe, quitaron la comision al Mariscal de Campo, y nombraron otro en su lugar, levantando un ejército de 700 hombres

---

Teniente Mariscal de Campo Don Cristóvam Cabral a Don Miguel de Salcedo. Sierra del Cairú. ME, I:14.  
<sup>21</sup> Não é possível realizar, nos marcos deste trabalho, uma discussão sobre as perspectivas ocidentais acerca da “guerra” e da “violência” dos nativos e de seus ataques. Assim, também, não podemos aqui apresentar as análises mais recentes sobre o significado dos “malones”. Para tanto, remetemos o leitor aos textos de ROULET; FLORIA, 2005; CARLON, 2014; VILLAR; JIMÉNEZ, 2014.

que marcharon al Casuhati, no para renovar la guerra, sino para pedir paz. (FALKNER, [1774] 1836, p. 41-42)

Os resultados do “malón” motivaram as autoridades a reunir 700 homens para encontrar Cangapol e Cacapol e propor-lhes um tratado, acordo que ficou conhecido como as “Paces de Casuati”. Datado de 1742, este é o primeiro documento de tal natureza do qual temos registro escrito, na fronteira bonaerense.

### 3.1 Os preparativos

Podemos encontrar na documentação notícias de alguns outros acordos entre indígenas e “espanhóis” ainda antes das “Paces” de 1742. Sobre isto, Levaggi sugere que os “regalos”, isto é, os presentes que a ata de 22 de maio de 1717 registra como tendo sido concedidos pelo Cabildo de Buenos Aires ao cacique Mayulpiquian<sup>22</sup>, estejam na origem de um destes convênios iniciais. (LEVAGGI, 2000, p. 700)

Sabemos também que após o ataque ao pago de Magdalena acima referido, duas expedições, por ordem do governador Miguel de Salcedo, foram enviadas para “*tierra adentro*” em 1741. A primeira delas, liderada por Esteban del Castillo, foi composta por uma tropa de 500 homens que buscaram inutilmente os indígenas para “darles algun castigo y recuperar los cautivos” capturados no ano anterior. (SALCEDO, 1741, ME, I:14, p. 1) A segunda, conduzida por Cristóbal Cabral de Mello, foi às serras de Casuati, com ordens de solicitar “la pacificacion delos yndios requeriendoles, y procurandolos átraér ala amistad, paz, y buena correspondencia, siguiendo el horden, y método que preuinen las leyes de estos Reinos [...]” (SALCEDO, 1741, ME, I:14, p. 1) A iniciativa se concluiu em consonância com os resultados desejados, tendo ficado os grupos “apalavrados” de guardar a paz<sup>23</sup> mediante a troca (“rescate”) de prisioneiros.

Entretanto, é preciso colocar em discussão a forma pela qual a ação foi narrada por Salcedo, segundo o qual os indígenas teriam sido “obrigados” a restituir algumas cativas. Na verdade, por meio de uma carta endereçada ao governador por Cabral de Mello, verifica-se que ele se encontrou com diversos caciques, vários deles parentes e aliados de Bravo, aos quais obsequiou com presentes e cortesia, tendo advertido seus

<sup>22</sup> Andrea Campetela informa que Mayulpiquian foi elevado, nesta oportunidade, junto com outro chefe pampa, à condição de “Guardia Mayor” para “la defensa y custodia” da campanha. (2007, p. 02)

<sup>23</sup> “(...) ófreciendo guardar áquellas justas condiciones bajo las quales se há empesado á ájustar la paz.” (SALCEDO, 1741. ME, I:14, p. 1)

soldados que fizessem o mesmo<sup>24</sup>. A ameaça de penas severas para os que não obedecessem a esta determinação parece indicar a consciência de uma correlação de forças que não permitia aos espanhóis “dar castigo” aos nativos.

Em mais de um encontro, Cabral de Mello faz saber aos caciques das intenções do governador Salcedo de estabelecer um acordo com os “principais” da região, num encontro a ser realizado no povoado missionário de *Concepción de los Pampas*, recentemente fundado pelos jesuítas (1740). A fim de demonstrar a qualidade de suas intenções, o miliciano instruiu que sua tropa o seguisse a distância enquanto cavalejou, sem sua escolta, acompanhando alguns indígenas até o acampamento destes. Depois de três dias de marcha, ele foi recebido por arqueiros e lanceiros perfilados para uma saudação cerimonial.

[...] y los de las flechas me amagaban ao pecho y pasaban a ponerse en fila y los de las lanzas hacían la misma demostracion y despues que todos ellos se portaron de ese modo, vinieron los tres caciques a darme la mano y me dijeron que creian el que hiba a darles la paz a respecto de haverme hido solo sin tenerles miedo y que tenía valor e buen corazón.” (CABRAL DE MELLO, ME, I:14, p. 2-3)

Quando os soldados o alcançaram, Cabral retribuiu a cortesia que recebera ordenando que seus homens se posicionassem em “una fila en su frente de dhos yndíos que tambien estaban encuadrados”. Chamando os caciques presentes<sup>25</sup>, fez com que se “diesen las manos con los capitanes e demás oficiales y sobre las armas se consertaron las paces.” (CABRAL DE MELLO, ME, I:14, p. 2-3) Depois destes protocolos iniciais, que parecem conter elementos de rituais tradicionais nas negociações entre as sociedades indígenas, dois caciques<sup>26</sup> ficaram responsáveis por avisar os Bravos que uma concórdia havia sido estabelecida.

<sup>24</sup> “(...) al mismo tiempo de mi llegada, llegó el dho yndio Fran<sup>co</sup> con un cazique Aucá á q.<sup>n</sup> regalé deel major modo qye pude y quedó conmigo [...] el dia 23 llegó dho cazique traiedo el dho D.<sup>n</sup> Aug.<sup>n</sup> Mayú, y a Juan Gallo como asimismo traji otro cazique nieto de el Brabo, y otros dos Caziques sobrinos del dho Brabo [...] y despues de hauerles dado la paz los traje al Real, y antes de traerlos, mandé con pena de la vida á toda la gente nos les hiziessen el menor agrauio antes si los gratificasen y obsequiassen [...]” (CABRAL DE MELLO, 1741, ME, I:14, p. 2)

<sup>25</sup> Cabral se refere, neste momento, a nove “principais”: “Essos tres, como con los otros seis Caziques y halli se determine que Juan Gallo que tenia los 100 yndios hirian á donde estaban los Caziques Brabos, á darles parte de que yá estaban ájustadas dhas paces, y junta.<sup>te</sup> a sacar los Cautivos.” (CABRAL DE MELLO, 1741, ME, I:14, p. 2)

<sup>26</sup> Um deles é o já nominado Juan Gallo; sobre o outro cacique, apenas se informa que era um “auca”.

Momento importante destas ações preliminares ao Tratado de 1742 foi a entrega de cativos que tinha sido encomendada pelo governador<sup>27</sup>. Entretanto, isto ocorreu mediante a oferta de “regalos” aos índios, e não por uma coação a que eles tivessem cedido. Entre os presentes recebidos estavam “catorze bazias, quatro arrobas de yerba, y dos de tabaco, dos dezenas de cuchillos, como también ochenta cabezas de ganado.” (CABRAL DE MELLO, ME, Carpeta I:14, p. 2-3)

A carta em que o “Maestre de campo” narra os eventos é bastante elucidativa quanto à segmentação política destas sociedades indígenas, determinante para que as negociações tivessem que incluir diversas lideranças, as quais nem sempre estavam de acordo entre si. Compreendemos assim que, embora houvesse estabelecido as preliminares do acordo com emissários de Cacapol e Cangapol, Cabral de Melo fosse, em seguida, até a serra de Cayrú, onde se encontrara com Phelipe e Joseph Yati. Junto a estes também importantes chefes nativos, e que mantinham protagonismo nas relações fronteiriças daquele momento<sup>28</sup>, ele buscou dar continuidade às tratativas.

Embora os documentos analisados sejam muito econômicos no registro das informações, eles evidenciam outro elemento que vinha a ser, ao lado do resgate dos prisioneiros, um objetivo perseguido nas negociações com os índios. Assim, enquanto Joseph Yati aceita acompanhar o capitão em seu retorno à Buenos Aires, seu irmão se responsabiliza por permanecer com os toldos acampados na serra e, desde ali, assegurar a defesa de Buenos Aires contra os “índios inimigos”.

Vê-se, portanto, que houve um conjunto de tratativas prévias que assentaram as bases para o acordo de 1742. Ao passarmos agora à análise do que foi estipulado nas “Paces de Casuati”, pretendemos refletir sobre o interesse que esta negociação pode ter tido para os índios. Esperamos, com isto, sustentar a ideia de que o acordo não foi uma imposição espanhola como sugere o nome do convênio firmado. Ademais, queremos demonstrar que estas pazes, “concertadas sobre as armas”, atenderam também a propósitos indígenas. Apesar de serem formalizadas em um texto escrito, portanto

---

<sup>27</sup> A entrega de prisioneiros era elemento importante nos acordos desta natureza. Os índios recebiam muitos “obséquios” em troca dos cativos ocidentais que estavam em seu poder, e, por isso, eles eram usados como moeda de negociação. Para fazer frente a esta despesa, o governo criou, em 1790, um fundo para “redenção” dos cativos.

<sup>28</sup> Nesta viagem, pretendia negociar com todos os caciques principais da Pampa-Patagônia. Ao menos um deles não foi encontrado por Cabral de Melo, o cacique pampa Calefán. Cabral assegura ao governador que já haviam sido enviados “chasques”, isto é, correios, para o chefe pampa. No caso de este “no venir a dar la paz, y entregar las familias que tiene le quitarian la vida.” (CABRAL DE MELO, ME, I:14, p. 6)

dentro da tradição ocidental, elas podem ser consideradas um pacto de natureza intercultural, tal como se vislumbra em algumas passagens dos eventos acima descritos. Como sugere Juliana Camilo da Silva, esta foi uma das estratégias pelas quais os nativos da região “manobraram” a fronteira e utilizaram este expediente pacificador para benefícios próprios. (2016, p. 69-71)

### 3.2 O acordo

As “*Capitulaciones de las paces hechas entre los indios pampas de la reducción de Ntra. Sra. de la Concepción, y los serranos, aucas y pegüenches*” que se haveriam de publicar “en presencia del cacique Brabo, y de otros caciques, y también en la dicha reducción por orden del sr. d. Miguel de Salcedo, Gobernador, y Capitán General de la Provincia del Río de la Plata” (Fragmento citado por LEVAGGI, 2000, p. 701), foram firmadas no ano seguinte aos eventos relatados acima.

De acordo com a descrição do padre José Sanchez-Labrador, o governador Domingo Ortiz de Rozas (1742-1745)<sup>29</sup> encarregou os jesuítas do povoado de *Nuestra Señora de la Concepción* (onde estariam os já então pacificados pampas) a levar adiante a proposta de obter a concórdia “tan apetejada con los serranos.” ([1772] 1936, p. 95) Isto é, ele pretendeu pacificar as relações entre os caciques, que já haviam sido “reduzidos” pelos padres, e os serranos, que seguiam a liderança de Cangapol.

Estes “infiéis”, “índios de toldos distantes”, especialmente os partidários do “famoso Cacique Bravo”, eram uma ameaça permanente para a missão. Além disto, também, os moradores de Buenos Aires sofriam com “insultos, muertes y robos de haciendas”, situação que colocava “en consternación à gente de los partidos de dicha ciudad.” (SANCHEZ-LABRADOR, [1772] 1936, p. 91)

<sup>29</sup> As fontes disponíveis não esclarecem se houve dois acordos, um realizado com Miguel de Salcedo, que havia agenciado as negociações para tanto, tal como vimos analisando, e outro com seu sucessor, Domingo Ortiz de Rozas, ou se o segundo mandatário selou as negociações iniciadas pelo seu antecessor. Os autores consultados também não elucidam este ponto. Abelardo Levaggi responsável pela edição do texto do Tratado de 1742, é pouco claro e bastante conciso ao abordar o tema. Afirma ele que, depois do acordo com os pampas que resultou na missão de *Concepción*, “también con los puelches o serranos intentó Salcedo concertar paces. Comisionó para eso el P. Matías Strobel, misionero de los pampas. En 1742, gobernando todavía Salcedo – según dice Sanchez-Labrador – bajo su successor Domingo Ortiz de Rozas, fueron celebradas.” (LEVAGGI, 2000, p. 701) Nenhum outro dos trabalhos que consultamos e que fazem referência às “Capitulaciones de las paces ...” elucidam esta questão. O que me parece é que estamos diante de um conjunto de acordos, iniciando com as conversações com os pampas para instituir a primeira missão, passando pelos convênios entabulados por Cabral de Melo sob as ordens de Salcedo, e sua finalização com outro acordo de que não temos registro escrito, concluído por Ortiz de Rozas.

Assim sendo, em 1742, o já mencionado grupo de 700 espanhóis rumou para a Serra de Casuati. Na qualidade de capelão, viajava com eles o padre jesuíta Matias Strobel que era fluente na língua dos pampas. Strobel levava consigo três índios do povoado de *Concepción* para serem seus intérpretes junto aos serranos (FURLONG, 1938, p. 122) e para estimularem “sus compatriotas a sentimientos de conciliación.” (CHARLEVOIX *apud* SANCHEZ-LABRADOR [1772] 1936, p. 232)

[...] Llegaron todos al Casuati, donde esperaban los Indios, hablados de los Jesuitas para este fin de ajustar una paz estable. Llego el dia, en que habian de concluir los tratados. Los Españoles levantaron una tienda de campaña en que acomodaran Sillas, y Taburetes, en que sentarse los Diputados españoles, y Caciques. Entraron estos, y tomando todos asiento reservaron solamente dos, uno para el Maestre de Campo, y otro para el P. Mathias Estrobel [...]. (SANCHEZ-LABRADOR, [1772] 1936, p. 95)<sup>30</sup>

Segundo esta crônica, após o discurso do líder nativo, Strobel tomou a palavra e fez ver aos caciques que os espanhóis estavam em posição de vantagem para dar continuidade aos conflitos, e que o acordo, portanto, lhes seria benéfico. (CHARLEVOIX *apud* SANCHEZ-LABRADOR [1772] 1936, p. 232) A afirmação do jesuíta não parece refletir, porém, a correlação de forças estabelecida, e os movimentos que conduziram ao acordo, como vimos, indicam que os indígenas apresentavam boas condições de enfrentamento. Tanto assim que, embora as autoridades buscassem insistentemente a concordância dos caciques principais para o início de uma nova missão, estes “no daban sino unas frías esperanzas” neste sentido. Interessados em relações comerciais com os brancos, os índios estavam desejosos de “acercar sus toldos a las estancias (...) de los españoles” e não de “retirarse [...] al Volcán, en donde no tendrían tan a mano las ocasiones.” (SANCHEZ-LABRADOR, [1772] 1936, p. 96-97)

Paralelamente à mediação dos jesuítas, foi também importante para esta negociação a presença de “neófitos” serranos que acompanhavam o padre, entre os quais um dos irmãos Yati que haviam anteriormente conversado com Cabral de Melo na expedição já descrita. “El cacique Yatí, fiel a sus promesas, los secundó en cuanto pudo; y por fin quedaron convencidos en que cesase toda hostilidad por una y otra parte, y que

<sup>30</sup> A descrição claramente procura reforçar a importância da mediação de Strobel e elogiar o papel dos inicianos, o que está em conformidade com as narrativas elaboradas pelos padres da Ordem a respeito de sua atuação como missionários. Afirma ela, que foi apenas a confiança no desinteresse dos jesuítas – contrariamente a uma atitude desrespeitosa e cúpida dos espanhóis – que estimulou os indígenas a firmarem o acordo. Assim, um “cacique de los más respectados” disse: “Por respecto [...] de este Padre de la Compañía unicamente se determinaron mis Paisanos a entablar la paz con los Españoles.” (SANCHEZ-LABRADOR, [1772] 1936, p. 232)

se canjeasen prisioneros.” (CHARLEVOIX *apud* SANCHEZ-LABRADOR, [1772] 1936, p. 232)

As “Paces de Casuati” se estabeleceram em torno de 10 pontos:

1. Las paces hechas con los españoles comprenden también a los indios Pampas de la reducción Nuestra Señora de la Concepción como a vasallos del Rey. Por consiguiente se han de olvidar las diferencias pasadas, que hubo entre el cacique Brabo, y la casa del cacique Mayupilquia, y con cualquier otro indio de la reducción.
2. El cacique Brabo, y los demás caciques amigos, pondrán sus tolderías en el Tandil y Cayrú, y cuando llegare el tiempo de la feria de los ponchos, darán aviso a los padres misioneros de la reducción de los indios Pampas, para que se dé esta noticia al Sr. Gobernador.
3. Para evitar grandes desórdenes, y ocasiones de nuevas guerras el cacique Brabo como maestre de campo de toda la Sierra no dejará bajar a ningún indio, ni india a Buenos Aires, ni a sus estancias sin expresa licencia del Sr. Gobernador, por lo cual el Saladillo, que ciñe dichas estancias de Buenos Aires, será en adelante el lindero, el cual ningún indio infiel pasará sin dicha licencia; y si alguno sin licencia lo pasare, y se cogiese en esta banda del Saladillo, se pondrá en la Cárcel de Buenos Aires, hasta que lo pida el cacique Brabo.
4. No obstante, que la feria de los ponchos siempre se ha de hacer en el Tandil, y Cayrú, los indios amigos podrán bajar, y visitar a los indios de la reducción de los Pampas, cuando quisieren, con tal que no hagan molestia ni a los Padres misioneros, ni a los indios de la reducción.
5. Los indios amigos no podrán sacar, o llevar a ningún indio, o india de los avecinados en dicha reducción.
6. Si algún indio, o india de los avecinados en dicha reducción se huyere de ésta a los indios amigos, o a cuales quiera otros, el cacique Brabo como maestre de campo de la Sierra lo castigará, y lo restituirá a dicha reducción.
7. Si algún indio de la reducción hiciere algún agravio a los indios amigos, los Padres misioneros han de ser avisados del delito, y lo castigarán; y si alguno de los indios amigos fuere el delincuente, lo castigará el cacique Brabo. Si el delincuente mereciere la muerte se entregará al Sr. Gobernador.
8. Si los indios amigos, que bajaren a la reducción fueren muchos de una vez no entrarán todos en la reducción sino solos los caciques, y de noche tendrán su alojamiento fuera del pueblo, en el paraje, que los Padres misioneros les señalsen.
9. Si algunos de los indios amigos quisieren avecindarse en la reducción de los Pampas, para hacerse cristianos, no se lo estorbarán sus caciques.
10. Los Padres misioneros de la reducción podrán libremente irse a la Sierra, siempre, y cuando quisieren, y así el cacique Brabo, como los demás caciques les darán licencia para predicar el Santo Evangelio a sus vasallos, y para que puedan hacerse cristianos todos los que quisieren, y tendrán en grande veneración a los Padres misioneros, como a personas enviadas de



Dios, y del Rey Nuestro Señor, para que les enseñen el camino del Cielo.  
(Fragmento *apud* LEVAGGI, 1995, p. 703-704)

Segundo o texto, as obrigações assumidas pelos “serranos” envolviam o reconhecimento de vassalagem ao Rei e o controle, por meio de Bravo, da movimentação de indígenas para além do Rio Salado, de forma que eles não pudessem se aproximar de Buenos Aires e das estâncias de suas redondezas. Além disto, o cacique necessitaria velar para que os índios reduzidos nas missões jesuíticas não fugissem dos povoados, assim como para impedir que aqueles que, por força do tratado, passavam a ser “amigos” ofendessem os reduzidos; se isso ocorresse, Bravo deveria cuidar do seu castigo. Em casos de delito punível com a morte, o cacique estava comprometido a entregar os culpados para a Justiça do governador. Finalmente, Cangapol e os demais caciques aceitavam que os jesuítas realizassem seu trabalho de catequese junto a seus “vassalos”.

De outra parte, ele recebia o reconhecimento de sua autoridade e licença para colocar seus toldos nas serras de Tandil e Cayru de forma a participar de uma feira de ponchos que ficava autorizada a ocorrer nesta localidade. Na qualidade de “amigos”, os serranos poderiam visitar os índios da redução de *Concepción*<sup>31</sup> mas, como já dissemos, não facilitar ou promover fugas destes.

O reconhecimento de Cangapol como “*Maestre de campo de toda la sierra*” merece uma consideração especial, uma vez que parece encaminhar uma pauta importante para as autoridades coloniais no sentido de instituir lideranças hierárquicas com quem se comunicar. Esta prática, a de estabelecer interlocutores válidos com o mundo indígena, foi perseguida pelos espanhóis desde suas primeiras iniciativas no Novo Mundo, e se apresentava especialmente desafiadora frente a sociedades segmentadas. Além disto, era desejável buscar circunscrever o grupo a um determinado território, limitando a sua movimentação, conforme define o item 2 do acordo.

Em uma leitura mais estrita, o que parece ter sido acordado aí, portanto, é o reconhecimento, por parte dos indígenas, de uma vassalagem à Monarquia e do poder da Coroa e de seus representantes, inclusive com o compromisso de entregar os culpados por crimes mais graves à Justiça do Rei [itens 1 e 7]. Também, o compromisso dos nativos de agirem como “atalaias” da fronteira representada pelo rio Salado [item

---

<sup>31</sup> Se fossem muitos os “visitantes”, só os caciques poderiam ingressar nos povoados.

3]. Além disto, como “índios amigos”, os grupos envolvidos no acordo não colocariam impedimento às missões jesuíticas na área [itens 4, 9 e 10].

Todavia, uma análise que procure ser menos eurocêntrica, deve relativizar estas conclusões, apesar do constrangimento de estarmos diante da versão castelhana de negociações e ajustes que ocorreram em língua nativa, mas que foram lavradas sem que os índios pudessem controlar sua equivalência ao que foi tratado oralmente. Neste aspecto, embora, como dissemos em outro momento, a definição do arranjo sociopolítico das sociedades da pampa-patagônia seja objeto de discussão entre os especialistas, é muito claro que haviam emergido entre elas lideranças prestigiadas, e que a capacidade de mediar a relação com os ocidentais fosse um dos atributos esperados destes líderes.<sup>32</sup>

Assim, conquanto a política de estabelecer acordos com “índios amigos” tenha sido institucionalizada apenas no século XIX, especialmente a partir do governo de Juan Manuel Rosas (RATTO, 2003), é possível identificar aqui elementos que dela se aproximam. Diante da capacidade dos nativos de evadirem-se do seu controle e de representarem uma ameaça, os governantes bonaerenses buscaram apoiar-se em divisões pré-existentes entre as parcialidades, ou mesmo criar novas.<sup>33</sup> Para os grupos nativos, os contatos com os “brancos” ofereciam a oportunidade de acessar uma série de bens e recursos que haviam sido incorporados por suas sociedades. Nos termos estabelecidos pelo tratado, embora se permitisse a presença dos jesuítas em “tierra adentro”, os indígenas não estavam renunciando à independência de que desfrutavam.

---

<sup>32</sup> A qualidade das lideranças pampeano-patagônicas no século XVIII é um tema ainda em debate entre os especialistas na Argentina. Raul Mandrini (1993; 2000) defendeu a ideia de que os chefes eram “intensificadores da produção” dos grupos e, ainda, “redistribuidores” da mesma. A partir disto, o autor verificou aspectos de concentração de autoridade a partir da capacidade de controle e manejo de excedentes por parte dos líderes. Martha Bechis (2008) entendeu que os líderes manifestavam condições de “autoridade”, mas não de “poder”; sua principal qualidade era o de serem “processadores de informações” interétnica e intraétnica. Eram, assim, negociadores entre os seus grupos e os hispano-crioulos, bem como entre as parcialidades indígenas. Sua ação seria antes executiva e de organização do que de decisão. Lidia Nacuzzi assinala que os líderes assumiam a vontade coletiva, não podendo impor decisões ao grupo. Responsáveis por dirimir conflitos internos, eles eram “negociadores, intermediários, facilitadores de bienes y influencias.” (NACUZZI, 2008, p. 92). Contudo, em decorrência do contato, estas qualidades teriam sofrido, segundo ela, algumas importantes transformações, tendo as comunidades passado a esperar de seus chefes outros atributos, como capacidade de comunicar-se e manter relações com outros grupos.

<sup>33</sup> É importante esclarecer que estamos tomando estas categorias das fontes (índios amigos e índios inimigos ou infieis) para analisar o tipo de vínculo que os grupos mantinham com os setores coloniais da sociedade, obviamente sem assumir a carga pejorativa que a historiografia assinalou para os “colaboradores” ou, ao contrário, para os “bárbaros” que se opunham à civilização.

Assim sendo, parece-nos que é possível discordar da interpretação de Levaggi (2005), para quem o fato de Bravo ter aceitado o cargo de “*Maestre de campo*” e o compromisso de entregar os réus passíveis de pena de morte para a justiça do governador, significava o reconhecimento de sua vassalagem à Coroa. Efetivamente, as ações posteriores dos “serranos” não parecem referendar esta conclusão, uma vez que Cangapol desafiou em mais de um momento as autoridades que aparentemente estaria reconhecendo por meio do Tratado. Não se trata, também, de supor que as ações do cacique serrano fossem decorrência do caráter “traíçoeiro” tantas vezes atribuído aos indígenas, mas de uma interpretação particular sobre o que foi acordado. Ou ainda, das condições pelas quais os grupos nativos podiam “manejar” a situação e buscar tirar dela vantagens para suas comunidades.

Além disso, o empenho em construir com os “serranos” uma condição que os situasse na esfera dos “índios amigos” não englobou todas as lideranças como seria desejável pelas autoridades, fato que trazia implicações para as difíceis condições de “paz na fronteira” por elas desejadas. Um documento redigido por Domingo Marcoleta em 1746, solicitando à Coroa recursos para combater as “hostilidades” dos índios, é bastante expressivo em suas informações sobre isto. Segundo ele, os índios “traíam a paz capitulada”, em especial o cacique Calelián. Este e uma escolta teriam visitado Buenos Aires sob o pretexto de comercializar alguns produtos, mas buscando, de fato, informações que tornaram possível um ataque ocorrido em julho de 1744:

Hizo plena información (...) de que Calelián y sus Parciales, con el pretexto de venir a comerciar en la seguridad de la Paz, fueron los que executaron los robos, muertes, y estragos en el Pago de Luxán declarandolo assi algunas personas, que habiendo sido cautivas lograron con la fuga recuperar su libertad, y aun los mismo tres Indios, que remitió, y se arrestarón, por médio de Interprete lo confessaron assi. (MARCOLETA, 1746, ME I: 22, p. 5)

Ainda segundo ele, havia rumores sobre a participação dos pampas de *N<sup>ra</sup> S<sup>ra</sup> de la Concepción* nestes eventos, suspeitando-se de que eles agissem como “informantes” para as agressões a partir de sua posição privilegiada de contatos com a cidade. Nesta conjuntura explosiva, Bravo inclusive remete uma carta ao governador “en que le preguntaba si por el rompimento antecedente permanecia la paz con la Ciudad o nó.” (MARCOLETA, 1746, ME, I:22, p. 6)

Além disso, embora o acordo de Casuati se referisse à licença e apoio ao trabalho dos jesuítas na área, Bravo manteve relações pendulares com os padres,



entabulando conversas e recebendo presentes, mas nunca se colocando como catecúmeno. A prática de cortejar as lideranças oferecendo-lhes obséquios esteve bastante estendida e foi estimulada pelos administradores borbônicos. Embora a afirmação de David Weber de que as autoridades espanholas obsequiavam os indígenas esperando pouco mais que segurança (2007, p. 284) se refira ao final dos Setecentos, ela parece ser bastante adequada à situação da campanha de Buenos Aires na circunstância que estamos analisando.

Como vimos em outro momento, as negociações iniciadas por Cabral de Melo envolveram “rescate” de prisioneiros, presentes e cortesias. Ainda que as autoridades pudessem obsequiar os indígenas como uma forma de suborná-los, eles sabiam que para os nativos os presentes e as mostras de hospitalidade eram atos revestidos de simbolismo. “La forma era tan importante como el contenido” e, assim, “los regalos habían de ser forma consciente presentados con magnanimidad, equidade y respecto.” (WEBER, 2007, p. 283)

Os jesuítas igualmente agiam neste sentido. Em 1748, depois de já instalada a redução de *Pilar del Volcón*, uma carta do padre Strobel afirma que “[...] el cacique Bravo Don Nicolás estuvo ayer conmigo; está esperando las 50 vaquitas que tiene prometidas.” (STROBEL [1748], In: FURLONG, 1938, p.153) Conta ainda que os padres “esmeraronse en su regalo, dandole sombrero con galones, bacinicas de laton, bayeta, sempiterna y otras dadas cuya adquisición costaba mucho a los Misioneros, pero que daban por bien empleado á trueque de ganar para Christo un hombre, cuya conversion sin duda conduciría á la de todos los Infieles, que le temian.” (STROBEL *apud* SANCHEZ-LABRADOR, [1772] 1936, p. 101)<sup>34</sup>

Porém, ainda que o texto do tratado indique que a presença dos religiosos em território indígena seria favorecida, a segunda missão jesuítica fundada na área após a celebração das “Paces” – *N<sup>ra</sup> S<sup>ra</sup> del Pilar del Volcón*, iniciada em 1746<sup>35</sup> – encontrou grandes dificuldades para se sustentar. O povoado foi destruído cinco anos depois (1751) de sua instalação, mediante os ataques de Bravo e seus aliados.

<sup>34</sup> Estes dados fortalecem a conjectura de que a aceitação dos “serranos” em se estabelecer na missão de Pilar, envolvia a intermediação de Bravo. A oferta de presentes de que ele é alvo sugere que as reduções se convertiam em uma oportunidade de sustentar relações com os ocidentais. Vê-se ainda que, após estabelecidos os *pueblos*, sua permanência necessitava ser negociada.

<sup>35</sup> A missão que deveria reunir para a catequese os índios “serranos” iniciou-se com dois cacique e suas famílias: “Dos caciques hermanos, llamado el uno Marique y el otro Chuyan tuya, con 24 toldos de sus vasallos se agregaron á los Misioneros.” (SANCHEZ-LABRADOR [1772] 1936, p. 101)

Desta maneira, conquanto as cláusulas do tratado possam sugerir uma submissão dos índios ao governo colonial, certamente as “Paces de Casuati” não tiveram este resultado. Se quisermos ir além das explicações que encontram neste dado evidências do caráter ardiloso dos nativos, ou ainda de sua inconstância, podemos aventar que não estava em pauta para eles abrir mão de sua autonomia e se tornarem “vassalos do Rei”. Seu conhecimento do terreno e sua mobilidade (potencializada pelo uso das montarias) de um lado, e os poucos recursos bélicos dos setores hispano-crioulos de outro, não os colocavam em uma posição de terem de consentir em tal submissão.

Por que teriam então aceitado o pacto? É de se observar que, em geral, os textos das “Capitulaciones” com os índios são bastante parcursos quanto às vantagens que elas lhes trariam. O mesmo ocorre com este documento em específico. Possivelmente, isto possa decorrer de uma diferença entre o que os acordos verbais ofereciam aos nativos, e o que as autoridades efetivamente registravam por escrito.<sup>36</sup> Florencia Roulet (2004) sugere sobre isto que, apesar destes documentos terem sido interpretados, no mais das vezes, como evidência da subordinação indígena às autoridades estatais, não devemos subestimar sua capacidade negociadora.

Já Lidia Nacuzzi (2008), a partir da observação das rotinas seguidas nos momentos em que se estabeleciam os pactos, destaca a importância da circulação de bens que ocorria nestas oportunidades: gado, vestimentas e objetos suntuários eram um atrativo para os índios. No caso das conversações preliminares de 1741, encontramos dados sobre os presentes recebidos pelos índios. Nesta oportunidade, bem como no encontro intermediado por Strobel em 1742, de acordo com o padre Charlevoix, intercambiaram-se prisioneiros. (CHARLEVOIX *apud* SANCHEZ-LABRADOR, [1772] 1936, p. 232) Além do mais, segundo o que conta Jose Sanchez-Labrador, os encontros foram oportunidade para que armas e aguardente fossem vendidas aos indígenas. Relata o jesuíta, inclusive, que, diante da superioridade numérica dos nativos, os espanhóis foram obrigados a aceitar termos desvantajosos nas negociações. (SANCHEZ-LABRADOR, [1772] 1936, p. 97)

---

<sup>36</sup> De acordo com Roulet, tais escritos costumavam ser parcursos em registrar as obrigações assumidas pelos funcionários coloniais, muitas vezes de posição secundária, que prometiam sem ter certeza de que seus superiores referendariam os compromissos assumidos. Assim, por debaixo do que está consignado nos papeis, havia acordos verbais, “promesas hechas a viva voz ante testigos, poniendo como garantia el honor personal, o bien sussurradas en privado cuando se trataba de algún assunto turbio.” (ROULET, 2004, p. 317)

Os pontos relativos ao favorecimento das relações comerciais parecem ser um elemento atrativo do acordo. A través delas, os grupos tinham acesso a produtos que apreciavam muito, tais como cereais, aguardentes, objetos de metal e armas. Estes bens eram trocados pelos “ponchos”, muito requeridos nos mercados de Buenos Aires. Aparentemente, eles eram introduzidos nas missões por meio de visitas dos “infiéis”<sup>37</sup> e, a partir disto, negociados na cidade.

Embora o comércio praticado pelos índios da missão envolvesse práticas ilícitas, ele também apresentava facetas regulares que as autoridades buscaram controlar. Neste sentido, os governadores emitiram ordens (*Bandos*) para coibir práticas tidas por nocivas. Ortiz de Rozas, por exemplo, no mesmo ano do acordo de Casuati, determinou:

El quanto me hallo informado que muchas personas, que tienen sus tiendas y pulperias en esta ciudad vendiendo al os indios pampas quando vayan a ella vino y aguardente y armas y que esto es en perjuicio por las malas consecuencias que de ello sultan en exercicio de ambas [majestades] y para que tan prejudicial abri se cuite y castigue a los que Hordeno y Mando que ningun rel por tendero, ni ose a persona de qualquier estado, calidad y condicion que sea venda, ni de en cambio ce otra cos vino, aguardente, ni armas, ni qual tampoco lo lleben a vender fuera [...]. (ORTIZ DE ROZAS, Buenos Aires, 05-04-1742, AGN, Sala IX, 8-10-1, f. 14)

As “Paces” estabelecem que, além de poder participar da feira de ponchos que ocorreria periodicamente nas serras de Tandil e Cayru, os “índios amigos” poderiam também visitar a missão dos pampas (item 4), a qual veio a ser um importante nexos nas relações comerciais da área. Além disto, ao menos segundo acusou uma série de depoimentos feitos às autoridades do Cabildo em 1752, os pampas da missão se valiam da licença para frequentar o mercado de Buenos Aires para obter informações sobre as defesas da cidade e repassá-las aos “infiéis”<sup>38</sup>. María Rodríguez, que, ao ser resgatada do cativo, foi abrigada inicialmente na missão, destacou que os índios de “*tierra adentro*”:

<sup>37</sup> Várias testemunhas que tiveram contato com as reduções declaravam que os ponchos que seus índios vendiam em Buenos Aires não eram fabricados nos “pueblos”, mas pelos de “*tierra adentro*”, como aponta a declaração do Capitão de Milícias Antônio Cabral, em 1752: “Es voz pública que los indios de la reducción siempre que vienen a esta ciudad traen ponchos para vender y estos son de los que compran a los enemigos, porque en su pueblo no los fabrican, sino son dos o tres chinas, que hacen balandranes y estos, el que menos, vale veinticuatro pesos”. (ME, J:16, p. 24) Além de favorecer a troca de produtos, a missão seria ainda um ponto de intercâmbio de informações que municavam os “infiéis” em seus ataques aos hispano-crioulos.

<sup>38</sup> Información presentada sobre la reducción de Pampas a cargo de la Compañía de Jesús. Buenos Aires, 15/10/1752, ME, J:16.

[...] no se atreven a venir solos [a Buenos Aires] pues no saben cómo está el español, y lo que hacen es que cuando dichos indios del Pueblo vienen a esta ciudad, que es muy cotidiano, mezclados con ellos vienen los enemigos y solo quien los conoce podrá saberlo; en cuyo tiempo ven, oyen y saben todo, y si son chontales, los yndios del Pueblo les explican lo que pasa. (ME, J:16, p. 39-40)

É possível, inclusive, constatar a presença de parentes de Cangapol na redução. Segundo o padre Strobel, em carta a um colega datada de 1748, eles eram espiões que relatavam o que se sucedia nos “pueblos”; informavam também sobre os planos das autoridades para com as parcialidades independentes. “[..] Estuvo esos días en la reducción el sogro del mejor hijo del cacique Bravo [...] para saber que amenazas V. R. fazen contra ellos [...]” (STROBEL [1748] In: FURLONG, 1938, p. 155)

Assim, podemos concluir que a aceitação da existência de povoados missionários em “*tierra adentro*”, tal qual instituíam as “Paces de Casuati”, não parece apontar para uma impossibilidade dos indígenas da área manejarem suas relações com os brancos, ou para uma sujeição dos primeiros pelos segundos. As missões jesuíticas, que foram parte importante das negociações, tiveram, de fato, vida curta. Sua destruição mostrou a falência do acordo estabelecido em 1742. *Nuestra Señora de los Desamparados de Tehuelches o Patagones*, fundada em finais de 1750, não durou mais que poucos meses. Assim como *Nuestra Señora del Pilar de Puelches*, ela foi destruída em 1751 por ataques de Cangapol e seus aliados. *Concepción de los Pampas*, a primeira das missões austrais, cuja fundação está na origem do conjunto de negociações que culmina nas serras de Casuati em 1742, também foi arrasada pouco depois. Tal ação foi capitaneada por Felipe Yahati, líder cujo nome aparece nas tratativas conduzidas por Cabral de Melo que analisamos anteriormente.

Com isso, um dos pontos essenciais das “*Paces*” virou letra morta. A concessão do cargo de “maestre de campo” de todas as serras para Cangapol, que encontramos no acordo de 1742, pode ser entendida como um mecanismo para instituir lideranças com quem as autoridades pudessem negociar. Entretanto, em um espaço indígena muito heterogêneo, a tentativa foi mal sucedida para o que pretendiam os governantes. Ao longo das décadas seguintes, a realidade indígena continuará se impondo aos colonizadores e marcando os acordos firmados com os “selvagens” que se puderam manter independentes e retardar por décadas a expansão colonial na área.

O final das reduções vai oportunizar o início de uma nova política das



autoridades para com os indígenas, ampliando o sistema de fortes e favorecendo a constituição de milícias.<sup>39</sup> Todavia, o tipo de negociação aqui avaliado continuou sendo praticado ao longo do século, na medida em que brancos e indígenas tentavam, assim, obter benefícios para “manejar” a vida na fronteira.

### Referências bibliográficas

ALIOTO, Sebastián L. *Indios y ganado en la frontera*. La ruta del río Negro (1750-1830). Rosario: Prohistoria Ediciones, Centro de Documentación Patagónica. Departamento de Humanidades. Universidad Nacional del Sur, 2011.

ÁRIAS, Fabian. Misioneros jesuitas y sociedades indígenas en las pampas a mediados del siglo XVIII. La presencia misionera jesuita al sur de la gobernación de Buenos Aires, entre 1740-1753. Un análisis de las relaciones entre las sociedades indígenas y la sociedad colonial de una región del extremo sur del Imperio Borbónico. *Tesis*. Centro de Estudios de Historia Regional (CEHIR) – UNCO - Instituto de Estudios de Historia Social (IEHS) – UNCPBA, Neuquén, 2006.

\_\_\_\_\_. Fronteras interétnicas en el espacio de las pampas durante la primera mitad del siglo XVIII. El caso del linaje de los caciques Bravo y sus relaciones interregionales. *Anuario Digital. Escuela de Historia*, n. 24, 2011-2012, p. 121-147. Disponível em: <https://www.rephip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/.../206-865-1-PB.pdf> Acesso em: maio de 2016.

BARBA, Fernando Enrique. Crecimiento ganadero y ocupación de tierras públicas, causas de conflictividad en la frontera bonaerense. *Andes*. n. 18, 2007, p. 213-232. Disponível em: <https://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1668> Acesso em: maio de 2011.

BARROS, Álvaro. *Fronteras y territorios federales de las Pampas del Sur*. Buenos Aires: Hachete, 1975.

BECHIS, Marta. *Piezas de etnohistoria del sur sudamericano*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008.

<sup>39</sup> Um primeiro forte, o de Arrecifes, já existia desde 1736; novos fortes irão ser erigidos a partir daí. Em seguida, em 1752, foi criado também um corpo militar regular e remunerado conhecido como Companhia de Blandengues, composta de 3 esquadrões de 50 homens: *Valerosa, Invencible e Atrevida*.

BIDONDO, Emilio Angel et al. *Epopéya del desierto en el sur argentino*. Buenos Aires: Círculo Militar, 1979.

BOCCARA, Guillaume. Mundos nuevos en la frontera de Nuevo Mundo. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos - Revues*. Debates, 2001. Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/?lang=pt> Acesso em: janeiro de 2011.

\_\_\_\_\_. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas: Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. *Memória Americana*. Buenos Aires, n. 13, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S185137512005000100002&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S185137512005000100002&lng=es&nrm=iso) Acesso em: fevereiro de 2011.

CAMPETELLA, Andrea. Asegurar la 'defensa y custodia' de las campañas: vaquerías y diplomacia interétnica en las sierras pampeanas durante la primera mitad del siglo XVIII. *Trabajos y Comunicaciones*, n. 33, 2007. Disponível em: [https://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.3335/pr.3335.pdf](https://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.3335/pr.3335.pdf) Acesso em: setembro de 2014.

CARLÓN, Florencia. Liderazgos y organizaciones sociopolíticas indígenas en Pampa y Patagonia norte durante el siglo XVIII. Una reconstrucción a partir de los vínculos interétnicos en la frontera de Buenos Aires. *Revista Colombiana de Antropología*. v. 46 (2), 2010, p. 435-464.

\_\_\_\_\_. Una vuelta de tuerca más: repensando los malones de la frontera de Buenos Aires durante el siglo XVIII. *Revista TEFROS*, Río Cuarto, vol. 12, no 1, p. 26-49, 2014.

DE JONG, Ingrid; RODRIGUEZ, Lorena. Dossier mestizaje, etnogénesis y frontera. *Memoria Americana*, n. 13, 2005. Disponível em: [https://www.antropologia.institutos.filo.uba.ar/sites/antropologia.../Memoria\\_Americana\\_13](https://www.antropologia.institutos.filo.uba.ar/sites/antropologia.../Memoria_Americana_13). Acesso em: outubro de 2010.

DE MARCO, Miguel Ángel. *La Guerra de la Frontera*. Luchas entre indios y blancos (1536-1917). Buenos Aires: Emecê, 2010.

FLORES, Mariana; FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamento para uma História social da fronteira meridional do Brasil, século XIX. In: HEINZ, Flavio (Org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma História comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 145-177.



LAZARO ÁVILA, C. Parlamentos de paz en la Araucanía y las Pampas: una visión comparativa (1604-1820). *Memoria Americana*, n. 7, 1998, p. 29-60.

LEVAGGI, Abelardo. Tratados entre la corona y los indios de la frontera Sur de Buenos Aires, Córdoba y Cuyo. *Memoria del X Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano*. Buenos Aires, 1995, p. 695-764.

\_\_\_\_\_. *Paz en la frontera*. Historia de las relaciones diplomáticas con las comunidades indígenas en la Argentina. Siglos XVI-XIX. Buenos Aires: Universidad del Museo Social Argentino, 2000.

\_\_\_\_\_. *Diplomacia hispano indígena en las fronteras de la América*. Madrid: Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 2012.

LUCAIOLI, Carina; NACUZZI, Lidia. Y sobre las armas se concertaron las paces: explorando las rutinas de los acuerdos diplomáticos coloniales. *Cuhsó. Cultura - hombre - sociedad*: Temuco, 2004, p. 61-74.

LUCAIOLI, Carina. Alianzas y estrategias de los líderes indígenas abipones en un espacio fronterizo colonial (Chaco, siglo XVIII). *Revista Española de Antropología Americana*. v. 39, n. 1, 2009, p. 77-96. Disponible em: [https://www.academia.edu/3694351/Alianzas\\_y\\_estrategias\\_de\\_los\\_indigenas\\_abipones\\_en\\_un\\_espacio\\_fronterizo\\_colonial\\_Chaco\\_siglo\\_XVIII](https://www.academia.edu/3694351/Alianzas_y_estrategias_de_los_indigenas_abipones_en_un_espacio_fronterizo_colonial_Chaco_siglo_XVIII). Acesso em: janeiro de 2016.

MARFANY, Roberto. El indio en la colonización de Buenos Aires, historia de la nación argentina (desde los orígenes hasta la organización definitiva en 1862). In: LEVENE, Ricardo (Dir.). *Historia de los Pueblos de la provincia de Buenos Aires*. IV. Buenos Aires: El Ateneo, 1940, p. 307-333.

MANDRINI, Raúl. Las transformaciones de la economía indígena bonaerense (1600-1820). In: MADRINI, R.; REGUERA, A. (Comps.). *Huellas en la tierra*. Tandil, Argentina: Instituto de Estudios Histórico Sociales, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 1993, p. 45-74.

\_\_\_\_\_. El viaje de la fragata San Antonio en 1745-1756: reflexiones sobre los procesos políticos operados entre los indígenas pampeano-patagónicos. *Revista Española de Antropología Americana*. Universidad Complutense, Madrid, n. 30, 2000, p 235-263.

\_\_\_\_\_. Las fronteras y la sociedad indígena en el ámbito pampeano. *Anuario del*



*IEHS*, Tandil, nº 12, março de 2004.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. As missões de pampas e serranos: uma experiência de fronteira na pampa argentina (Século XVIII). *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, n. 30, v. 1, 2012, p. 1-17.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas. História e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto. *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 237-249.

NACUZZI, Lidia R. Tratados de paz, grupos étnicos y territorios en disputa a fines del siglo XVIII. *Investigaciones Sociales*, 17, Lima, 2006, p. 435-456.

\_\_\_\_\_. Repensando e revisando el concepto de cacicazgo en las fronteras del sur de América (Pampa y Patagonia). *Revista Española de Antropología Americana*. Universidad Complutense, Madrid, v. 38, 2008, p. 75-95.

\_\_\_\_\_. Los caciques amigos y los espacios de la frontera sur de Buenos Aires en el siglo XVIII. *Revista TEFROS*, Río Cuarto, 2014, p. 103-139.

PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos*. Política, guerra e traição nas lutas do sul da Argentina (1852-1885). São Paulo: Alameda, 2012.

RATTO, Silvia. Una experiencia fronteriza exitosa: el Negocio Pacífico de Indios en la provincia de Buenos Aires (1829-1852). *Revista de Indias*, v. LXIII, n. 227, 2003, p. 191-222.

ROULET, Florencia; FLORIA, Pedro Navarro. De soberanos externos a rebeldes internos: la domesticación discursiva y legal de la cuestión indígena en el tránsito del siglo XVIII al XX. *Revista TEFROS*. Río Cuarto, v. 3, n. 1, 2005, p. 1- 41.

ROULET, Florencia. Con la pluma y la palabra. El lado oscuro de las negociaciones de paz entre españoles e indígenas. *Revista de Indias*, v. LXIV, n. 231, 2004, p. 313-348.

SILVA, Juliana Aparecida Camilo da. A fronteira negociada: índios e espanhóis nos confins meridionais do Império (Século XVIII). *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós- Graduação em História. Unisinos, 2016.

VILLAR, Daniel e JIMÉNEZ, Juan Francisco. El fuego de la guerra. Conflictos indígenas por la hegemonía en Araucanía y las Pampas, durante el lapso 1780-1840. In: MANDRINI, Raúl; PAZ, Carlos (Comps.). Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos. *Revista TEFROS*, vol. 12, nº 2, p. 103-139, 2014.



VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. O que nos faz pensar. 4. *Cadernos do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*. N.4, 2004, pp. 225-254.

WEBER, David, *Los españoles y sus salvajes en la era de la Ilustración*. Barcelona: Crítica, 2007.

WHALTER, Juan Carlos. *La conquista del Desierto*. Buenos Aires: Círculo Militar, 1964.

### Fontes impressas:

CARDIEL, Jose. [1748] *Diario de viaje y Misión al Río Sauce realizado en 1748*, con prólogo de G. Furlong-Cardiff y F. Outes. Buenos Aires, s/e, 1930.

FALKNER, Thomas. [1774]. *Descripción de Patagonia y de las partes adyacentes de la América meridional... con la religión, política, costumbres y lenguas de sus moradores... y algunas particularidades relativas a las islas Malvinas* escrita en inglés por Tomás Falkner que residió cerca de veinte años en aquellas tierras. Buenos Aires: Imp. del Estado, 1836.

LOZANO, Pedro. *Carta Ânua de la Provincia del Paraguay año 1735-1743*. Traducción de Carlos Leonhardt, S. J. Buenos Aires, 1928. Transcripción 1994, Instituto Anchietano de Pesquisa, UNISINOS.

SANCHEZ-LABRADOR, Jose. [1772] *Paraguay Cathólico. Los indios pampapuelches-patagones*. Buenos Aires: Imprenta de Coxi Hermanos, 1936.

### Fontes de arquivo:

CABRAL, Cristóvam [02/11/1741]. Carta del Teniente Mariscal de Campo Don Cristóvam Cabral a Don Miguel de Salcedo. Sierra del Cairú. Museo Etnografico Juan Bautista Ambroseti [ME] , Carpeta I, n. 14.

CABRAL, Antonio [17/6/1752]. Declaración del Capitán de Milicias Antonio Cabral. Bs. As, In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas. Museo Etnografico Juan Bautista Ambroseti [ME], Carpeta J, n. 16.



MARCOLETA, Don Domingo de [s/l, 1744]. Carta al Rey de España. Información de los dos ataques de Calelían y Cangapol. Bs. As, Museo Etnografico Juan Bautista Ambroseti [ME], Carpeta I, n. 20.

\_\_\_\_\_. [13/09/1745]. Expediente sobre la concesión de vários arbítrios a la Ciudad de Buenos Aires para sus gastos y defensa. Buenos Aires, 13, septiembre de 1746. Museo Etnografico Juan Bautista Ambroseti [ME], Carpeta I, n. 22.

ORTIZ DE ROZAS. Bando del Gobernador. Buenos Aires, 05-04-1742, AGN, Sala IX 8-10-1 Folha 14.

RODRÍGUEZ, Maria. [27/6/1752]. Declaración de María Rodriguez. Bs. As, In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas, Museo Etnografico Juan Bautista Ambroseti [ME] Carpeta J, doc.16.

SALCEDO, Miguel. Carta del Gobernador Don Miguel de Salcedo a José de la Quintana. Buenos Aires, 20 de noviembre de 1741. Museo Etnografico Juan Bautista Ambroseti [ME], I:14.

